doi.org/10.51891/rease.v12i11.32706

VANTAGEM COMPARATIVA REVELADA E COMPETITIVIDADE DAS EXPORTAÇÕES DOS PRODUTOS AGRÍCOLAS EM ANGOLA, 2015-2024

REVEALED COMPARATIVE ADVANTAGE AND EXPORT COMPETITIVENESS OF AGRICULTURAL PRODUCTS IN ANGOLA, 2015-2024

VENTAJA COMPARATIVA REVELADA Y COMPETITIVIDAD DE LAS EXPORTACIONES DE PRODUCTOS AGRÍCOLAS EN ANGOLA, 2015-2024

Floriento Lubamba Cláudio[1]

RESUMO: A agricultura é um dos sectores da economia responsável pelo crescimento e desenvolvimento económico e social, que contribui significativamente para a segurança alimentar, para o emprego de inúmeras famílias e para a diversificação da economia. Em Angola, este sector, apesar do seu elevado potencial, continua a enfrentar limitações estruturais, facto que obriga o país a recorrer à importação de bens alimentares básicos. Neste contexto, a presente pesquisa procurou analisar a competitividade das exportações dos produtos agrícolas de Angola, nomeadamente, o açúcar, o arroz, o café e o milho, no período de 2015 a 2024. Para o efeito, recorreu-se aos Índices de Vantagem Comparativa Revelada Simétrica (SRCA), Vantagem Relativa de Exportação, na sua forma logaritmizada (lnRXA) e Posição Relativa (IPR), com o auxílio da Matriz da Dinâmica da Competitividade, com base em dados obtidos na UN Comtrade Database e na Organização Mundial do Comércio (OMC). Os resultados evidenciaram que, apesar do ganho relativo de competitividade no café e do ganho marginal no milho, Angola não detém vantagem competitiva em nenhum dos produtos analisados, prevalecendo uma forte dependência de importações de bens alimentares. Assim, recomenda-se políticas de reestruturação produtiva e a realocação de factores de produção em café e milho, e a implementação de estratégias de recuperação para o açúcar e o arroz.

Palavras-chave: Vantagem comparativa revelada. Competitividade. SRCA. lnRXA. IPR.

ABSTRACT: Agriculture is one of the sectors of the economy responsible for economic and social growth and development, contributing significantly to food security, the employment of numerous families, and the diversification of the economy. In Angola, this sector, despite its high potential, continues to face structural limitations, a fact that forces the country to resort to the importation of basic foodstuffs. In this context, the present research sought to analyze the competitiveness of Angola's agricultural exports, namely sugar, rice, coffee, and maize, from 2015 to 2024. For this purpose, the Symmetric Revealed Comparative Advantage (SRCA) Index, the Export Relative Advantage Index in its logarithmic form (lnRXA), and the Relative Position Index (RPI) were used, with the aid of the Competitiveness Dynamics Matrix based on data obtained from the UN Comtrade Database and the World Trade Organization (WTO). The results showed that Angola despite the relative gain in competitiveness in coffee and the marginal gain in maize, does not hold a competitive advantage in any of the products analyzed, with a strong dependence on food imports prevailing. Therefore, policies for productive restructuring and the reallocation of production factors in coffee and corn are recommended, as well as the implementation of recovery strategies for sugar and rice.

Keywords: Revealed comparative advantage. Competitiveness. RCA. lnRCA. IPR.

[1] Pesquisador Independente.

RESUMEN: La agricultura es uno de los sectores de la economía responsable del crecimiento y desarrollo económico y social, que contribuye significativamente a la seguridad alimentaria, al empleo de numerosas familias y a la diversificación de la economía. En Angola, este sector, a pesar de su elevado potencial, sigue enfrentando limitaciones estructurales, hecho que obliga al país a recurrir a la importación de bienes alimentarios básicos. En este contexto, la presente investigación buscó analizar la competitividad de las exportaciones de productos agrícolas de Angola, concretamente, azúcar, arroz, café y maíz, en el período de 2015 a 2024. Para tal efecto, se recurrió al Índice de Ventaja Comparativa Revelada Simétrica (SRCA), al Índice de Ventaja Relativa de Exportación, en su forma logarítmica (lnRXA) y al Índice de Posición Relativa (IPR), con la ayuda de la Matriz de Dinámica de la Competitividad con base en datos obtenidos en la Base de Datos UN Comtrade y en la Organización Mundial del Comercio (OMC). Los resultados evidenciaron que Apesar de la ganancia relativa de competitividad en el café y de la ganancia marginal en el maíz, Angola no posee ventaja competitiva en ninguno de los productos analizados, prevaleciendo una fuerte dependencia de las importaciones de bienes alimentarios. Así, se recomiendan políticas de reestructuración productiva y la redistribución de factores de producción en café y maíz, así como la implementación de estrategias de recuperación para el azúcar y el arroz.

Palabras clave: Ventaja comparativa revelada. Competitividad. SRCA. lnRXA. IPR.

1 INTRODUÇÃO

A agricultura constitui um dos sectores mais relevantes para o crescimento e desenvolvimento económico e social de um país, não apenas por garantir a segurança alimentar, mas também por se configurar como fonte de emprego e de rendimento para inúmeras famílias, contribuindo de forma significativa para a diversificação da economia.

Em Angola, apesar do potencial natural, com recursos hídricos e condições edafoclimáticas favoráveis, o sector agrícola continua a enfrentar limitações estruturais que se traduzem numa elevada dependência de importação de bens alimentares básicos, facto que revela fragilidades na estrutura produtiva e na sua pauta exportadora, dominada pelo petróleo.

A riqueza económica de Angola permanece atrelada à procura do petróleo, factor que induz volatilidade ao crescimento económico. Tal dependência tem acentuado a vulnerabilidade a choques externos do país e fragilizado a estabilidade macroeconómica (Banco Mundial, 2026).

Neste contexto, torna-se relevante analisar até que ponto os produtos agrícolas de Angola têm sido competitivos no comércio internacional. Identificar quais os produtos agrícolas que tendem a ganhar ou perder vantagem competitiva é fundamental para a definição de políticas de especialização. Para o efeito, este estudo recorre aos Índices de Vantagem Comparativa Revelada Simétrica (SRCA), Índice de Vantagem Relativa de Exportação, na sua forma logaritmizada (lnRXA), e Índice de Posição Relativa (IPR).

O SRCA apresenta vantagens face ao RCA tradicional por corrigir a assimetria da distribuição, variando no intervalo [-1, 1]. O lnRXA, por sua vez, elimina a dupla contagem de exportações, possui distribuição simétrica em torno de zero e maior sensibilidade a variações

em produtos com baixo nível de especialização. O IPR mostra o peso e a importância real de um produto. Também, foi criada uma Matriz da Dinâmica da Competitividade, baseada nas variações médias anuais de cada índice, para aferir a tendência de ganho ou de perda de competitividade dos produtos analisados, nomeadamente, o arroz, o açúcar, o café e o milho, no período compreendido entre 2015 e 2024.

O objectivo geral do presente estudo consiste em analisar a competitividade das exportações dos produtos agrícolas de Angola, nomeadamente, o açúcar, o arroz, o café e o milho, no período de 2015 a 2024. Para atingir este propósito, foram definidos os seguintes objectivos específicos:

- Calcular o SRCA, lnRXA e IPR de cada produto;
- Identificar a evolução de competitividade de cada produto;
- Formular recomendações de políticas públicas para o sector agrícola angolano.

Esta pesquisa justifica-se não apenas pela sua relevância académica, ao preencher uma lacuna sobre a competitividade dos produtos agrícolas em Angola, mas também pela sua utilidade prática, ao fornecer evidências que poderão auxiliar o Governo angolano na orientação de políticas públicas, relativamente às decisões de investimento e na definição de estratégias para aumentar a produção nacional, e criar mais valor agregado no país.

Além desta introdução, o artigo está estruturado em quatro secções: a secção 2 apresenta o referencial teórico. A secção 3 delineia a metodologia. A secção 4 trata dos resultados do SRCA, lnRXA e IPR. A secção 5 traz as considerações finais e recomendações de políticas públicas para o sector agrícola angolano.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Teoria da vantagem comparativa e trabalhos empíricos

O estudo da vantagem comparativa tem sido sustentado pelas contribuições de David Ricardo (1921) e Bela Balassa (1965). A evolução deste quadro conceptual teve como objectivo explicar os modelos de especialização produtiva e de competitividade entre as nações e oferecer várias interpretações para o comércio dos países (Campos; Lopes; Oliveira, 2025).

Ricardo formulou a Teoria da Vantagem Comparativa como resposta às insuficiências da Teoria da Vantagem Absoluta de Adam Smith. Com a sua teoria, o autor encontrou solução para os países que se encontravam “condenados” às importações, na Teoria de Smith, sem possibilidades de participar no comércio internacional através das exportações.

Um país tem vantagem comparativa na produção de um determinado bem se o custo de produzir esse bem, em relação a outros bens, for inferior nesse país em relação ao custo do mesmo bem, produzidos em outros países (Krugman, Obstfeld; Melitz, 2023).

Isto pressupõe que cada país deve especializar-se na produção de bens cujo custo de oportunidade seja menor comparativamente ao de outros bens. Ou seja, cada país pode participar no comércio internacional através de bens nos quais o custo de oportunidade é relativamente menor. Dessa forma, na visão de Krugman e Obstfeld, (2010) os ganhos serão mútuos, pelo aumento da produção e pela especialização.

A necessidade de medir, em termos práticos, as vantagens que cada nação ou região teria no comércio internacional e de analisar a competitividade internacional permitiu o desenvolvimento do trabalho empírico de Balassa (1965), que formulou o Índice de Vantagem Comparativa Revelada (RCA), instrumento importantíssimo para analisar a competitividade sectorial dos produtos comercializados por um determinado país, região ou Estado (Favaretto *et al.*, 2018).

No entanto, desde o primeiro trabalho de Balassa (1965), o RCA tem sofrido modificações. Vale realçar os trabalhos de Vollrath (1991), Lafay (1992) e Laursen (1998).

Actualmente, os avanços empíricos dos índices RCA têm levado vários autores a desenvolver estudos acerca da vantagem comparativa de diferentes países, Estados ou regiões.

Ma'ruf, Bacsi e Bozsik (2025) avaliaram a competitividade de 12 países líderes na produção de café, e utilizaram três índices: Vantagem Comparativa Revelada, Vantagem Relativa de Importações e Vantagem Relativa do Comércio. Os resultados mostraram que a maioria dos países (10 em 12) apresenta forte competitividade nas exportações de café verde.

Campos, Lopes, Oliveira (2025) buscaram avaliar a competitividade do Brasil no comércio internacional no período de 2013 a 2023, por meio da aplicação do Índice de Vantagem Comparativa Revelada. Os resultados confirmaram que o Brasil manteve vantagem comparativa revelada em soja, café, minério de ferro e petróleo, mas com competitividade limitada em sectores manufactureiros, como o automotivo.

Freitas *et al.* (2024) aplicaram os índices de RCA, Vantagem Comparativa Revelada Simétrica, Vantagem Comparativa de Vollrath, Taxa de Cobertura e Competitividade Revelada para analisar a competitividade das exportações de algodão nos estados de Mato Grosso, da Bahia, de Goiás e de São Paulo, no período de 2001 a 2022. Os resultados apontaram que o Estado de Mato Grosso possui vantagem comparativa e vantagem competitiva no período

em análise, enquanto os Estados de Bahia e Goiás tiveram resultados erráticos e o Estado de São Paulo apresentou desvantagem comparativa e competitiva durante o período em referência.

Benalywa (2023) avaliou o desempenho do comércio de produtos alimentares de base agrícola da Líbia e a sua competitividade, usando os índices de Vollrath no período de 2009 a 2017. Os resultados reflectiram a fraca posição da Líbia nas exportações agroalimentares.

Alves, Teixeira, Pinto (2022) utilizaram cinco índices: RCA, Orientação Regional, Grubel-Lloyd, Grau de Abertura Comercial e Coeficiente de dependência de importações, para verificar a competitividade das exportações de milho do município de Patos de Minas, Minais Gerais, Brasil, entre 2007 e 2020. Os resultados apontaram que as exportações de milho, neste período, foram sobretudo destinadas ao Mercosul e que o seu RCA foi superior ao dos outros municípios.

3 METODOLOGIA

3.1 Tipo de pesquisa

A presente pesquisa caracteriza-se por uma abordagem quantitativa, de natureza descritivo-analítica, com propósito de analisar a competitividade do açúcar, do arroz, do café e do milho em Angola no período compreendido entre 2015 e 2024.

3.2 Natureza dos dados

Os dados de exportação e de importação dos produtos analisados foram obtidos nas bases de dados da *UN Comtrade Database* e da Organização Mundial do Comércio (OMC), entre julho e agosto de 2026. A exportação está expressa em valor *FOB* e a importação, em valor *CIF*, em dólar norte-americano (USD), conforme a escala longa para escrita e leitura dos grandes números adoptada em Angola.

Primeiramente, procedeu-se à recolha e à classificação dos dados em séries temporais e calculou-se com auxílio do *Microsoft Office Excel*, o SRCA, o lnRXA e o IPR.de cada produto. Em seguida, elaborou-se a Matriz de Dinâmica da Competitividade, onde foram estimadas as variações das taxas médias anuais destes índices, para aferir a tendência de ganho ou de perda de competitividade de cada produto, nomeadamente, o arroz, o açúcar, o café e o milho, no período compreendido entre 2015 e 2024. É importante realçar que, o período analisado foi delimitado pela disponibilidade de dados.

Os produtos seleccionados foram classificados de acordo com a nomenclatura do Sistema de Harmonização (HS). Foi utilizado o HS de dois dígitos para o açúcar e o de quatro dígitos para o arroz, o café e o milho, sendo:

- HS 17: Açúcar e confeitaria;
- HS 1006: Arroz;
- HS 0901: Café, mesmo torrado ou descafeinado;
- HS 1005: Milho.

3.3 Métodos analíticos

3.3.1 Índice de vantagem comparativa revelada simétrica (SRCA)

O SRCA formulado por Laursen (1998) para corrigir o problema de assimetria do RCA de Balassa (1965), varia entre [-1;1]. Valores positivos denotam vantagem comparativa revelada, e os negativos, desvantagem comparativa revelada. Pode ser representado pela seguinte fórmula:

$$SRCA_{ij} = \frac{RCA_{ij} - 1}{RCA_{ij} + 1}$$

O RCA É uma métrica importante que permite avaliar a competitividade de um país na exportação de determinada *commodity*. Ou seja, avalia o grau de participação das exportações de um produto numa determinada região (país, Estado) em relação às exportações totais (nacionais ou mundiais) do mesmo produto. Indica o grau de especialização ou vantagem comparativa (Freitas *et al.*, 2024). Pode ser calculado pela seguinte fórmula:

$$RCA_{ij} = \frac{(X_{ij} \,/\, X_{it})}{(X_{wj} \,/ X_{wt})}$$

Em que: Xij = exportações do produto j por país i; Xit = exportações totais do país i; Xwj = Exportações mundiais do produto j; Xwt = exportações mundiais totais.

3.3.2 Índice de vantagem relativa de exportação

O Índice de Vantagem Relativa de Exportação (lnRXA) mede o peso do produto na pauta de exportação de um determinado país, Estado ou região, comparativamente ao seu peso na pauta mundial, indicando o nível de especialização. Pode ser calculado pela seguinte fórmula (Vollrath, 1991):

$$lnRXA_{ij} = \ln\left[\frac{(X_{ij} / X_{it})}{(X_{wj} / X_{wt})}\right]$$

Em que: Xij = exportações do país i no produto j; Xit = Exportações totais do país i (subtraindo o produto j); Xwj = exportações totais do produto j pelo resto do mundo (subtraindo o produto j do país i); Xwt – exportações totais pelo resto do mundo (subtraindo o país i).

Praticamente, o lnRXA pode ser interpretado assim:

- lnRXA > o = vantagem comparativa revelada, ou seja, produto j pesa mais na exportação do país que na média mundial. Nível alto de especialização e competitividade;
- lnRXA < o = desvantagem competitiva/comparativa, ou seja, o produto j pesa menos na exportação do país que na média mundial. Nível baixo de especialização e falta de competitividade;
- lnRXA = o = Neutralidade, Peso do produto j na pauta de exportação do país é igual ao peso da pauta mundial.

3.3.3 Índice de posição relativa

O Índice de Posição Relativa (IPR), proposto por Lafay (1990), é utilizado para avaliar a competitividade de um país, Estado ou região face ao mercado Internacional, procurando aferir, o posicionamento do saldo comercial de um produto no país relativamente ao valor transaccionado desse produto a nível mundial (Marques *et al.*, 2017).

$$IPR_{ij} = \frac{X_{ij} - \mathrm{M}_{ij}}{X_{it} + M_{it}} \text{ x } 100$$

Em que: Xij = exportações do país i no produto j; Mij = importações do país i no produto j; Xit = exportações totais do país i; Mit = importações totais do país i.

O IPR pode ser interpretado da seguinte forma (Ramm *et al.*, 2017):

- IPR > o = saldo comercial superavitário (Vantagem competitiva)
- IPR < o = saldo comercial deficitário (desvantagem competitiva), ou seja, o país é dependente de importações;
- IPR = o = Posição neutra.

3.3.4 Matriz da dinâmica da competitividade

A Matriz da Dinâmica da Competitividade foi idealizada pelo autor para analisar de forma conjunta as tendências dos três índices, através das suas respectivas variações médias anuais, a fim de aferir ganhos ou perdas em termos de competitividade no período.

De acordo com os cenários constantes no quadro 1, a interpretação é a seguinte:

- Cenário 1: ΔRSCA > 0, ΔlnRXA > 0, ΔIPR > 0 = ganho relativo de competitividade (Nível ascendente): revela a situação óptima de competitividade, onde se verificam melhorias na vantagem comparativa e desempenho exportador e o fortalecimento da capacidade de fazer face à concorrência no mercado doméstico;
- Cenário 2: ΔRSCA > 0, ΔlnRXA > 0, ΔIPR < 0 = ganho relativo frágil de competitividade: configura uma competitividade incompleta e vulnerável, assente na dependência da procura externa, mas com ausência de competitividade interna;
- Cenário 3: ΔRSCA < 0, ΔlnRXA < 0, ΔIPR < 0 = perda de competitividade (Nível descendente): revela uma perda generalizada de competitividade, com uma degradação conjunta da vantagem comparativa revelada, do desempenho exportador e dependência total às importações;
- Cenário 4: ΔRSCA = 0, ΔlnRXA = 0, ΔIPR = 0 = estabilidade competitiva: revela uma situação de equilíbrio estático. Pode indicar estagnação ou ausência de evolução competitiva.

Quadro 1 – Matriz da Dinâmica da Competitividade

ΔRSCA	ΔlnRXA	ΔIPR	Interpretação
> 0	> 0	> 0	Ganho relativo de competitividade
> 0	> 0	< 0	Ganho relativo frágil de competitividade
< 0	< 0	< 0	Perda relativa de competitividade
= 0	= 0	= 0	Estabilidade competitiva

Fonte: Elaboração própria.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Análise do comércio externo angolano

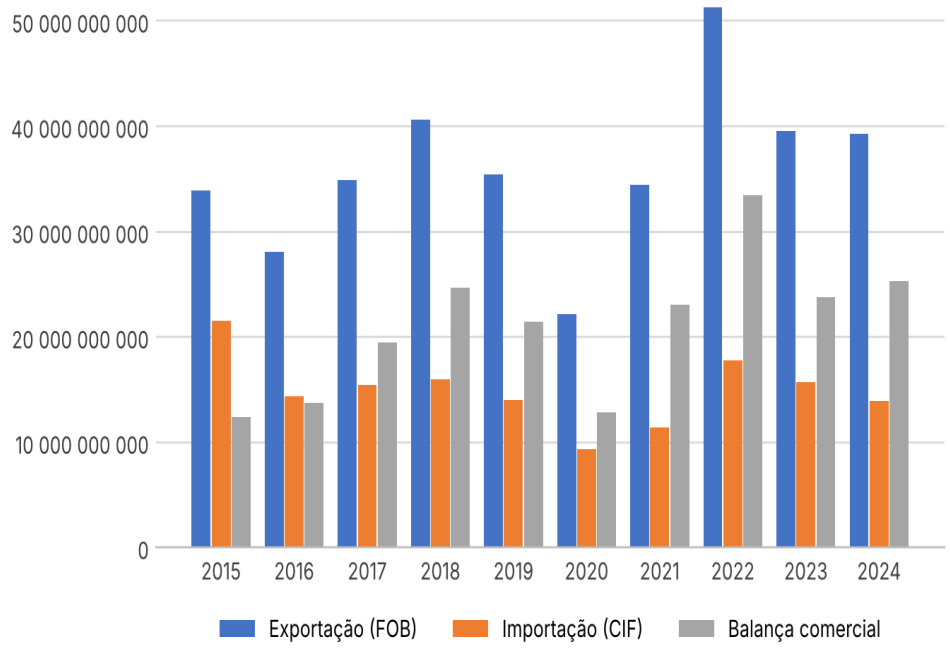
A figura 1 apresenta a evolução das exportações, importações e do saldo da balança comercial do comércio externo angolano no período de 2015 a 2024, evidenciando valores oscilantes ao longo de todo o período.

As oscilações negativas foram observadas em 2016, 2019, 2020 e 2023. Nas exportações as variações foram de -17,3%, -12,3%, -37,53% e -22,95%, e nas importações de -33,42%, -12,78%, -33,12% e -11,84%, todas em relação aos respectivos anos anteriores.

Estas variações foram influenciadas pela redução do preço do petróleo no mercado internacional, que de acordo com o Banco Nacional de Angola (BNA, 2016), afectaram gravemente a economia angolana, causando dificuldades em todos os sectores desde 2015, sobretudo no sector real.

Não obstante terem apresentado oscilações negativas, as exportações angolanas atingiram 359,62 mil milhões de USD, perfazendo uma média anual de 35,96 mil milhões USD, com valor máximo 51,27 mil milhões de USD em 2022 e um valor mínimo 33,92 mil milhões de USD em 2015, e registou o *superavit* comercial ao longo de todo o período

Figura 1 – Fluxo comercial de Angola (2015-2024)



Fonte: Elaboração própria com base em UN Comtrade Database & OMC.

4.2 Principais parceiros

A figura 2 apresenta informação sobre os principais destinos das exportações de Angola entre 2015 e 2024. Verifica-se que a China ocupa o primeiro lugar, com 50,93%, o que corresponde a 183,17 mil milhões de USD do total exportado no período em referência. Isto reflecte a extrema importância deste país como parceiro comercial.

Na segunda posição figura a Índia, com 30,99 mil milhões de USD, correspondentes a 8,62%. Na terceira, quarta e quinta posições, encontram-se a Espanha, a França e os Emirados Árabes Unidos (EAU), com quotas de 4,4%, 3,39%, 3,11%, equivalentes a 15,82 mil milhões de USD, 12,20 mil milhões de USD e 11,17 mil milhões de USD, respectivamente.

Nas restantes posições figuram os Estados Unidos de América (EUA), os Países Baixos, a Itália e a África do Sul, com participações respectivas de 9,79 mil milhões de USD (2,72%), 9,55 mil milhões de USD (2,66%), 7,07 mil milhões de USD (1,97%) e 7,06 mil milhões de USD (1,96%).

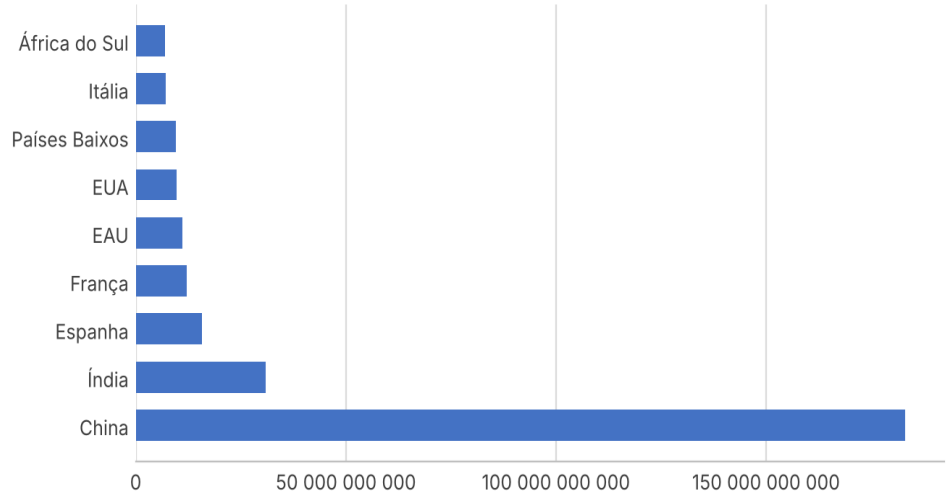
Em termos globais, os referidos parceiros comerciais foram responsáveis por aproximadamente 80% das exportações angolanas entre 2015 e 2024, correspondente a 286,82 mil milhões de USD.

Em termos continentais, a Ásia ocupa a primeira posição com 62,66%, equivalente a 225,33 mil milhões de USD. Segue-se, a Europa, com 12,41% das transacções, correspondentes a 44,64 mil milhões de USD. A América e a África ocupam a terceira e quarta posições, com 9,79 mil milhões de USD (2,72%) e 7,05 mil milhões de USD (1,96%), respectivamente.

A estrutura das exportações angolanas para os principais parceiros, concentrou-se, sobretudo, em *commodities*, dominadas por petróleo bruto, gás natural e diamantes (Bank of Scotland, 2026; OEC, 2026). Nota-se a fraca diversificação e a ausência de produtos agrícolas nesta configuração. Estes resultados convergem com Reis (2025) que aponta a pouca diversificação e o alto nível de concentração das exportações de recursos naturais no total das exportações de Angola.

Neste contexto, a diversificação económica torna-se um factor indispensável e premente para atenuar a vulnerabilidade da economia angolana. De acordo com a UNTACD (2023), para além de assegurar contra choques futuros de mercado, a diversificação económica constitui igualmente um dos factores de crescimento económico, e catalisador da transformação estrutural. Nesta senda de ideias, Bobó (2026) recomenda investimentos para sectores estratégicos como agricultura, indústria transformadora, turismo e economia digital.de forma a criar uma base produtiva mais diversificada e menos dependente das oscilações externas.

Figura 2 – Principais Parceiros das Exportações de Angola (2015-2024)

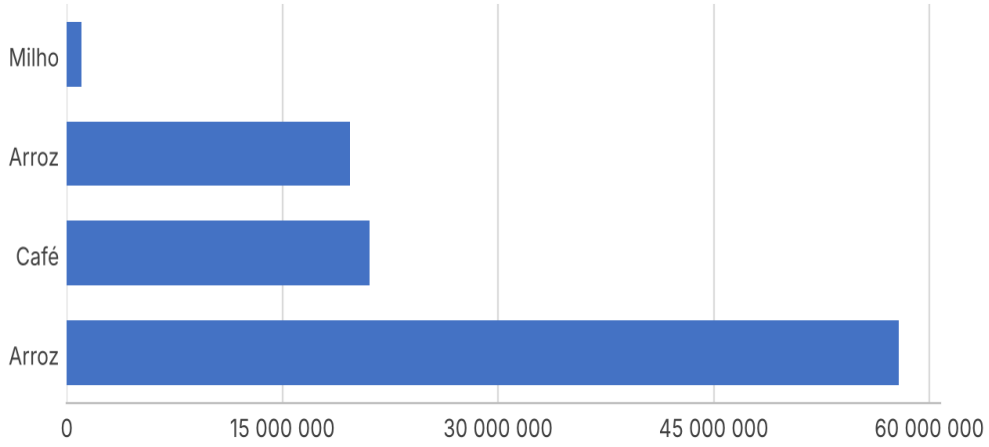


Fonte: Elaboração própria com base em UN Comtrade Database & OMC.

A figura 3 ilustra as exportações angolanas do açúcar, do arroz, do café e do milho, em milhões de USD, entre 2015 e 2024. No total, perfazem aproximadamente 99,63 milhões de USD, correspondentes a 0,03% das exportações totais de Angola, no período em análise, valores com peso menos significativo na pauta exportadora do país. Esta situação confirma os resultados da FAO (2023), segundo os quais, as exportações angolanas de alimentos e produtos agrícolas se situam abaixo de 1% do total das exportações.

Neste contexto, Angola deve apostar seriamente no sector agrícola, para aumentar o peso destes produtos na pauta exportadora. Esta medida não só tornaria a economia mais robusta, como também ajudaria a garantir a segurança alimentar e a reduzir a forte dependência da importação de produtos alimentares.

Figura 3 – Exportações do açúcar, do arroz, do café e do milho (2015-2024)



Fonte: Elaboração própria com base em UN Comtrade Database & OMC.

4.3 Análise do SRCA

Um valor positivo de RSCA, indica que o país apresenta vantagem comparativa revelada ou especialização no produto ou sector em análise, ao passo que um valor negativo, revela uma situação de desvantagem comparativa revelada ou de subespecialização na produção desse mesmo produto ou sector (Laursen, 1998).

Conforme a tabela 1 observa-se que todos os quatro produtos analisados apresentam RSCA < 0, com uma média conjunta situada no intervalo de desvantagem forte (RSCA < -0,5).

O açúcar apresenta um RSCA que oscila de -0,37 a -0,92, configurando-se como o produto com maior volatilidade. O ano de 2019 registou o melhor desempenho relativo (-0,37), indicando uma desvantagem fraca, seguido de forte deterioração nos anos subsequentes, atingindo -0,92 em 2024, o que caracteriza desvantagem extrema.

O Arroz e o milho, apresentaram desvantagem extrema e estrutural, com valores persistentes próximos a -1, com médias de -0,92 e -99, respectivamente, denotando ausência de vantagem comparativa revelada.

O café evoluiu de -0,94 em 2015 para -0,75 em 2024, evidenciando o melhor desempenho entre os produtos analisados. Embora permaneça na zona de desvantagem, apresenta trajectória de recuperação relativa, demonstrando uma redução da intensidade da desvantagem competitiva.

Os resultados do RSCA confirmam a desvantagem comparativa revelada bastante significativa para os quatro produtos analisados. Importa realçar que, os saldos da balança comercial dos referidos produtos também foram negativos, com excepção do café, que apresentou saldos positivos no biénio 2023-2024, em resultado do aumento das exportações de 3,56 milhões de USD em 2023 para 7,11 milhões de USD em 2024, tendo gerado um impacto positivo no valor do RSCA de -0,84 em 2023 para -0,72 em 2024.

Relativamente ao açúcar, arroz e milho, a acentuada desproporcionalidade entre os valores das exportações – 57,88 milhões de USD, 19,69 milhões de USD e 1,02 milhões de USD, respectivamente – e das importações – 164,17 milhões de USD, 2,06 mil milhões de USD e 306,92 milhões de USD – bem como os respectivos saldos médios negativos da balança comercial de -158,39 milhões de USD, -2,04 mil milhões de USD e -30,58 milhões de USD, evidencia a fraca capacidade exportadora e a forte dependência de Angola face à importação destes produtos, o que se reflecte nos valores de RSCA negativos observados ao longo de todo o período de 2015 a 2024.

Tabela 1 – Resultados do SRCA (2015-2024)

Ano	Açúcar	Arroz	Café	Milho
2015	-0,75	-0,34	-0,94	-1,00
2016	-0,86	-0,95	-0,93	-1,00
2017	-0,45	-1,00	-0,95	-1,00
2018	-0,70	-0,98	-0,93	-1,00
2019	-0,37	-0,94	-0,88	-0,97
2020	-0,56	-1,00	-0,92	-0,99
2021	-0,82	-1,00	-0,88	-1,00
2022	-0,89	-0,99	-0,98	-1,00
2023	-0,80	-1,00	-0,84	-1,00
2024	-0,92	-1,00	-0,72	-0,99

Fonte: Elaboração própria com base em UN Comtrade Database & OMC.

4.4 Análise do lnRXA

Conforme a tabela 2 pode-se verificar que todos os produtos analisados apresentam lnRXA negativos, indicando a ausência de vantagem comparativa revelada em todo o período de 2015 a 2024.

O açúcar configura-se como o produto com menor intensidade da desvantagem com a média de -1,97. O melhor desempenho regista-se em 2019 com -0,77 e o pior desempenho ocorre em 2024 com -3,13, evidenciando deterioração da vantagem comparativa revelada.

O lnRXA de arroz apresentou elevada volatilidade do período. O índice passou de --0,71 em 2015 para -6,09 em 2024. A amplitude de 13,83 pontos denota forte deterioração e perda de competitividade.

O lnRXA do café registou uma média de -3,05. O índice passou de -3,53 em 2015 para -1,84, em 2024, indicando tendência de recuperação, embora ainda em zona de desvantagem.

Relativameente ao milho, no triénio 2015-2017 os valores de lnRXA situaram-se entre -10,70 e -11,90, evidenciando desvantagem estrutural extrema. A partir de 2019 verifica-se melhoria consistente de -4,35. A comparação entre a média do primeiro triénio (-11,26) e a média do último triénio (-6,58), revela melhoria na competitividade.

A média conjunta anual do lnRXA dos quatro produtos (açúcar, arroz, café e milho), foi de -4,75 no período compreendido entre 2015 e 2024, confirmando ausência de vantagem comparativa revelada (lnRXA < 0).

Conforme os valores médios do lnRXA de cada produto, verifica-se que, por ordem decrescente de vantagem comparativa revelada, surge o açúcar (-1,97), o café (-3,15), o arroz (-5,79) e, por último, o milho (-8,11).

Tabela 2 – Resultados do lnRXA (2015-2024)

Ano	Açúcar	Arroz	Café	Milho
2015	-1,96	-0,71	-3,53	-10,70
2016	-2,62	-3,58	-3,33	-11,90
2017	-0,96	-14,54	-3,59	-11,18
2018	-1,72	-4,67	-3,33	-9,12
2019	-0,77	-3,47	-2,75	-4,35
2020	-1,26	-6,04	-3,22	-5,57
2021	-2,29	-6,86	-2,73	-8,50
2022	-2,82	-5,60	-4,75	-8,32
2023	-2,19	-6,30	-2,46	-6,30
2024	-3,13	-6,09	-1,84	-5,14

Fonte: Elaboração própria com base em UN Comtrade Database & OMC.

Por meio da tabela 3 pode observar-se que o conjunto dos quatro produtos evidencia que Angola se manteve como importador líquido no período de 2015 a 2024. Três dos quatro produtos designadamente, açúcar, arroz e milho, apresentaram piores resultados de IPR, denotando a incapacidade da produção interna de fazer face à procura.

O café destaca-se como o produto com o desempenho mais favorável no conjunto dos produtos analisados, embora o seu IPR se mantenha próximo de 0,00%, com valores residuais ao longo da série. É de realçar a evolução para zona positiva em 2024 (0,01%), sendo o único registo positivo entre os quatro produtos nesse ano. Apesar de marginal, este resultado indicia um ligeiro ganho de competitividade.

Este desempenho coincide com o aumento das exportações de 500 000 USD, em 2022 para 7,11 milhões de USD, em 2024, invertendo a posição de importador líquido para exportador líquido. Apesar dos resultados relativamente satisfatórios, impulsionados pelas políticas do Instituto Nacional do Café (INCA), este produto ainda se encontra distante de recuperar a sua posição histórica no mercado internacional.

Perfect Daily Grind (2022), afirma que no período pré-independência, o café foi o principal produto de exportação de Angola, tendo o país sido o terceiro maior produtor mundial. Em 1974, a produção angolana totalizou mais de 312 000 toneladas. Já (MINAGRIF, 2024) aponta uma produção de apenas 7 584 toneladas na campanha agrícola de 2023/2024.

Constata-se que, entre 1974 e 2024, a produção de café registou um decréscimo acumulado de 97,57%, equivalente a uma taxa média anual de crescimento de -7,16%, com impacto negativo sobre a competitividade deste produto no mercado internacional.

Apesar da implementação do Plano Nacional de Fomento para a Produção de Grãos (PLANAGRÃO 2022-2027), cujo objectivo é promover a produção de grãos em escala comercial, com vista à redução da dependência das importações de trigo, arroz, soja e milho e à garantia da segurança alimentar até 2027 (Angola, 2022), verifica-se que as importações de arroz e de milho voltaram a aumentar em 2024. Após uma redução de 39,76% e de 71,41% em 2023, face a 2022, respectivamente, em 2024 os valores registaram um acréscimo de 17,65% e de 326,33%, face ao ano transacto.

Estes resultados evidenciam que Angola continua fortemente dependente da importação destes produtos, sem que se tenha consolidado uma estratégia consistente de substituição de importações. Ademais, a evolução observada parece estar mais associada à disponibilidade de divisas e à capacidade de importação do que a uma melhoria efectiva da produção nacional.

Tabela 3 – Resultados do IPR (2015-2024)

Ano	Açúcar	Arroz	Café	Milho
2015	-0,08%	0,00%	0,00%	-0,01%
2016	-0,10%	-0,03%	0,00%	-0,03%
2017	-0,65%	-0,05%	-0,01%	-0,02%
2018	-0,33%	-0,46%	-0,01%	0,03%
2019	-0,47%	-0,57%	-0,01%	-0,04%
2020	-0,43%	-1,11%	-0,01%	0,05%
2021	-0,26%	-0,56%	0,00%	-0,10%
2022	-0,27%	-0,54%	0,00%	-0,10%
2023	-0,21%	-0,40%	0,00%	-0,04%
2024	-0,37%	-0,49%	0,01%	-0,16%

Fonte: Elaboração própria com base em UN Comtrade Database & OMC.

Considerando os resultados constantes nas tabelas 1, 2 e 3, pode-se afirmar que a ausência de competitividade desses produtos se prende, sobretudo, com a inversão de prioridades, associada à concentração de investimentos robustos no sector petrolífero, em detrimento do sector agrícola. Os dados da RTP (2024), apontam que os investimentos no sector petrolífero angolano cresceram 96% entre 2022 e 2023, atingindo cerca de 50 mil milhões de dólares nos últimos cinco anos. Em contrapartida, a AIPEX (2023), revela que o sector agrícola captou apenas 398 milhões de USD no período compreendido entre agosto de 2018 e fevereiro de 2023.

Esse quadro evidencia que Angola gasta significativamente na importação de bens alimentares do que atrair investimentos para produzir internamente, o que coloca em causa a segurança alimentar e a sustentabilidade da economia.

Em termos comparativos, só em 2022, de acordo com os dados do BNA, Angola gastou cerca de 3 mil milhões de USD em importações de bens alimentares (Banco Mundial, 2026) contra 303,8 milhões de USD de Moçambique (Instituto Nacional de Estatística de Moçambique, 2022).

Neste contexto, compreende-se que o petróleo, enquanto *commodity* não renovável e com maior volatilidade de preço no mercado internacional em relação aos produtos agrícolas, continua a ser o principal produto de exportação da economia angolana. Esta dependência excessiva tem gerado consequências gravíssimas na economia nacional, devido às constantes oscilações do preço do mesmo produto.

4.5 Análise da matriz da dinâmica da competitividade

A tabela 4 apresenta a Matriz da Dinâmica da Competitividade, com variações médias anuais dos três índices para os quatro produtos, e pode-se verificar padrões distintos de dinâmica de competitividade no período de 2015 a 2024.

O arroz é o produto que apresenta a deterioração mais acentuada, com variação média anual de -0,59 no lnRXA, não evidenciando apenas perda de vantagem comparativa revelada, com RSCA médio de -0,92, mas também retracção da especialização exportadora e aumento da penetração de importações, com IPR médio de -0,42%. O açúcar, com ΔRSCA de -0,02 ao ano, ΔlnRXA de -0,13 ao ano e ΔIPR de -0,03 ao ano, mantém uma trajectória descendente de competitividade relativa.

Constata-se que o açúcar e o arroz apresentaram variações negativas nos três índices, configurando a condição ΔRSCA < 0, ΔlnRXA < 0, ΔIPR < 0 o que revela perda de competitividade relativa ou nível descendente de competividade.

Embora o nível médio dos índices se tenha mantido negativo, com um RSCA médio de -0,90, um lnRXA médio de -3,15 e um IPR médio de -0,003%, o café regista uma variação positiva, com ΔRSCA de +0,02, ΔlnRXA de +0,19 e ΔIPR de +0,001, configurando de forma expressiva a condição ΔRSCA > 0, ΔlnRXA > 0, ΔIPR > 0, o que evidencia um ganho relativo de competitividade ou nível ascendente.

Relativamente ao milho, verifica-se um ganho relativo frágil, com ΔRSCA de +0,001, ΔIPR de -0,002, embora com uma ΔlnRXA expressiva de +0,62. Esta discrepância resulta de um efeito de base, uma vez que o lnRXA apresentava em 2015 um valor excepcionalmente reduzido, de -10,70. Apesar da variação positiva registada, os seus valores permanecem num patamar de

ausência de competitividade, com RSCA médio de -0,99, lnRXA de -8,11 e IPR médio de -0,04%, o que traduz uma estabilidade em níveis residuais e não um ganho efectivo.

Tabela 4 – Matriz da Dinâmica da competitividade

Produto	ΔRSCA	ΔlnRXA	ΔIPR	Interpretação
Açúcar	-0,02 < 0	-0,13 < 0	--0,03 < 0	Perda relativa de competitividade
Arroz	-0,07 < 0	-0,59 < 0	-0,05 < 0	Perda relativa de competitividade
Café	+0,02 > 0	+0,19 > 0	+0,001 > 0	Ganho relativo de competitividade
Milho	+0,001 > 0	+0,62 > 0	-0,02 < 0	Ganho relativo frágil de competitividade

Fonte: Elaboração própria com base em UN Comtrade Database & OMC.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objectivo analisar a competitividade das exportações angolanas de açúcar, arroz, café e milho, no período compreendido entre 2015 e 2024, com recurso aos índices SRCA, lnRXA e IPR, bem como com a análise de tendência através da Matriz da Dinâmica da Competitividade.

Os resultados evidenciaram trajectórias distintas entre os quatro produtos:

O arroz foi o produto que apresentou a deterioração mais acentuada em todos os índices. Para além da perda de vantagem comparativa revelada, observou-se retracção da especialização exportadora e aumento da penetração de importações, com o IPR a evoluir de 0,00% em 2015 para -0,49% em 2024.

O açúcar apresentou uma trajectória descendente consistente, com médias negativas, RSCA -0,7, lnRXA -1,97 e IPR -0,32%, e variações negativas na Matriz da Dinâmica de competitividade nos três índices de -0,02, -0,13 e -0,03, respectivamente, evidenciando a falta de sinais de recuperação estrutural.

O café foi o único produto que apresentou cumulativamente a condição ΔRSCA > 0, ΔlnRXA > 0, ΔIPR > 0, com variações positivas de 0,02, 0,19 e 0,001 pontos, respectivamente. Embora os níveis médios dos índices se tenham mantido negativos, o resultado positivo na Matriz da Dinâmicas de Competitividade indicia sinais de recuperação.

O milho, por sua vez, apresentou apenas um ganho marginal, com ΔRSCA e ΔIPR de +0,001 e -0,02, respectivamente, e um crescimento expressivo do lnRXA, de 0,62. Os valores médios de -0,99, -8,11 e -0,04% no RSCA, lnRXA e IPR, evidenciam a sua permanência num patamar residual de competitividade.

Em suma, os resultados evidenciam que Angola não detém competitividade em nenhum dos produtos analisados, prevalecendo uma forte dependência de importações da totalidade dos produtos analisados.

Como principal limitação, a análise baseou-se unicamente em indicadores de comércio externo, não tendo incluído factores como acordos comerciais, políticas públicas e alterações climáticas que podem explicar com maior precisão as trajectórias observadas. Adicionalmente, o SRCA, o lnRXA e o IPR são *ex-post* e não permitem captar o potencial competitivo latente, limitando-se, apenas, à análise dos fluxos comerciais realizados.

Para estudos futuros, sugere-se a incorporação de variáveis estruturais na análise, nomeadamente, acordos comerciais, políticas públicas do PRODESI, PLANAGRÃO, INCA, crédito agrícola, infraestruturas logísticas e impactos das alterações climáticas. Também, sugere-se a incorporação de indicadores *ex-ante* e estudos qualitativos por cadeia de valor para captar o potencial competitivo latente dos produtos analisados.

Face aos resultados obtidos, propõe-se ao Governo Angolano as seguintes recomendações, alinhadas com o Plano de Desenvolvimento Nacional 2023-2027, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 225/23, que prioriza a diversificação económica, a segurança alimentar e o fortalecimento do sector agrícola como vector para a redução da dependência do petróleo (Angola, 2023):

- Adoptar políticas públicas voltadas para a reestruturação e priorização produtivas, com realocação de factores de produção no café e no milho, a fim de garantir futura competitividade a médio e longo prazo.
- Reabilitar as zonas cafeeiras tradicionais, com capacidades para garantir padrões de qualidade para exportação.
- Atrair investimentos direccionados não apenas para o petróleo, mas também para a instalação de pólos agroindustriais, com o objectivo de gerar excedentes para exportação.
- Estabelecer salários atractivos para o sector agrícola, e conceder incentivos fiscais e creditícios para a produção em larga escala de arroz, açúcar e de outros produtos de acordo com as condições edafoclimáticas de cada província, com o propósito de garantir a segurança alimentar nacional e reverter a ausência de competitividade.
- Melhorar o ambiente de negócios agrícola, através da simplificação de acesso à terra, segurança fundiária, melhoria de vias secundárias e terciárias, para facilitar a mobilidade de pessoas e bens com a máxima rapidez e segurança.

- Utilizar a integração regional como plataforma de inserção gradual dos produtos nacionais, conferindo prioridade aos mercados da SADC onde as barreiras tarifárias e não tarifárias apresentam níveis relativamente mais reduzidos.
- Assegurar a produção sistemática de estatísticas de comércio externo, de forma a permitir a monitorização anual dos índices de competitividade.

REFERÊNCIAS

AIPEX – Agência de Investimento Privado e Promoção das Exportações. **Projectos registados**, 2023. Disponível em: https://www.ucm.minfin.gov.ao/cs/groups/public/documents/document/aw4z/ndy2/~edisp/minfin3466526.pdf. Acesso em: 4 set. 2026.

ALVES, F. J. de C.; TEIXEIRA, F. A.; PINTO, V. H. L. Competitividade das exportações de milho de Patos de Minas, MG. **Revista de Política Agrícola**, v. 31, n. 3, p. 52, 2022.

ANGOLA. Plano de Desenvolvimento Nacional 2023-2027: impacto socioeconómico sustentável. Luanda: Presidência da República, 2023. **Decreto Presidencial n.º 225/23**.

ANGOLA. PLANAGRÃO - Plano Nacional para Promover a produção de Grãos (2022-2027), 2022. Disponível em: https://www.investinangola.ao/pt/planagrao/. Acesso em: 6 set. 2026.

BANCO MUNDIAL. **Priorizar a agricultura angolana para desbloquear a diversificação económica**, 2026. Disponível em: https://www.worldbank.org/pt/news/feature/2024/03/28/prioritizing-afe-angolan-agriculture-to-unlock-economic-diversification. Acesso em: 3 set. 2026.

BANCO MUNDIAL. Disponível em: https://www.worldbank.org. Acesso em: 20 fev. 2026.

BANCO NACIONAL DE ANGOLA. **Relatório e Contas 2016**. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/525356924/Relatorio-e-Contas-2016-BNA. Acesso em: 12 abr. 2026.

BANK OF SCOTLAND. **Foreign trade figures of Angola**. Jul. 2026. Disponível em: https://www.bankofscotlandtrade.co.uk/en/market-potential/angola/trade-profile. Acesso em: 16 abr. 2026.

BENALYWA, Z. A. Revealed Comparative Advantage and competitiveness of Lybia´s agricultural-based food products. **Comprehensive Multidisciplinary e-journal**, v. 0, n. 65, p. 1-19, 2023.

BOBÓ, K. M. Análise das variáveis críticas para a integração inclusiva de Angola na Zona de Comércio Livre da SADC (uma evidência empírica de 2022-2024). **ALBA – ISFIC Research and Science Journal**, v. 1, p. 43-52, 2026.

CAMPOS, R. F de A.; LOPES, M. A. F.; OLIVEIRA, L. A. de. Competitividade dos produtos brasileiros no comércio internacional: uma análise por meio da vantagem comparativa revelada. **Revista Economia & Políticas Públicas**, v. 13, n. 2, p. 48–70, 2025.

FAO – Food and Agriculture Organization of the Unites Nations. **Angola for investiment fórum**. In investimento fórum, Roma, 17-20 out. 2023. Disponível em: https://www.fao.org/media/docs/handinhandlibraries/countries/angola/apresenta%C3%A7%C3%A30-angola---26-09-2023-2.pdf?sfvrsn=9684d942_1. Acesso em: 22 ago. 2026.

FAVARETTO, J.; GELATTI, E.; CORONEL, D. A. Competitividade das exportações brasileiras de carne suína (1999-2017). Revista Unicuritiba, Curitiba, v. 7, n. 14, p. 155-169, 2018.

FREITAS, J. A. *et al.* Competitividade das exportações brasileiras de algodão no período de 2001 a 2022. **Revista do Desenvolvimento Regional**. v. 21, n. 3, p. 201-225, 2024.

KRUGMAN, P. R.; OBSTFELD, M.; MELITZ, M. J. **Economia Internacional**: Teoria e Política. 12. ed. São Paulo: Bookman, 2023.

KRUGMAN, P. R.; OBSTFELD, M.; MELITZ, M. J. **Economia Internacional**. 10. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2010.

LAURSEN, K. Revealed Comparative Advantage and the Alternatives as Measures of International Specialisation. DRUID - Danish Research Unit for Industrial Dynamics. DRUID Working Paper n. 98-30, 1998.

MA'RUF, M. I. *et al.* Evaluating the competitiveness of leading coffee producing nations: A comparative advantage analysis across coffee product categories. **DE GRUYTER**, p. 1-17, 2025.

MARQUES, J. J. S. *et al.* Competitividade das exportações brasileiras de castanha de caju e o efeito da crise de 2008. **Ensaios FEE**, v. 38, n. 1, p. 135-162, jun. 2017.

MINAGRIF – Ministério da Agricultura e Florestas. **Anuário estatístico 2024.** MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E FLORESTAS: Luanda, 2024. Disponível em: https://www.ine.gov.ao/publicacoes/detalhes/NDYoMDE%3D. Acesso em: 18 set. 2026.

MOÇAMBIQUE. Instituto Nacional de Estatística. **Estáticas do comércio externo de bens – Moçambique, 2022.** INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA: Maputo, 2023. Disponível em: https://ine.gov.mz/estat%C3%ADsticas/-/document_library/pfpz/view/45090. Acesso em: 14 ago. 2026

OEC – OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY. Angola **Exports 2023-2024**. 2026. Disponível em: https://oec.world. Acesso em: 18 jun. 2026.

OMC – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO –. **Trade Statistics**. Disponível em: https://stats.wto.org/. Acesso em: 20 jul.. 2026.

PERFECT DAILY GRIND. **Compreendendo a produção de café em angola**, 14 de dez. 2022. Disponível em: https://perfectdailygrind.com/pt/2022/12/14/producao-de-cafe-em-angola/. Acesso em: 27 ago. 2026.

RAMM, A. *et al*. Comparação entre índices de competitividade do Brasil no mercado internacional de melão in natura. **Revista da 14ª Jornada de Pós-Graduação e Pesquisa-Congrega URCAMP**, p. 922-931, 2017.

REIS, M. M. **A dependência angolana de petróleo e a diversificação económica**. Dissertação de Mestrado, 43 fls. ISEG, 2025.

RTP – Rádio e Televisão Portuguesa. **Angola com investimentos de 46,2 mil ME no setor petrolífero nos últimos cinco anos.** Disponível em: https://www.negociosdeangola.com/angola-com-investimentos-de-462-mil-me-no-setor-petrolifero-nos-ultimos-cinco-anos/. Acesso em: 5 set. 2026

UN COMTRADE DATABASE. **Dados de exportação e importação**. Disponível em: https://comtradeplus.un.org/. Acesso em: 12 ago. 2026.

UNCTAD – CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO. **Commodities and Development Report 2023**: Inclusive Diversification and Energy Transition. Genebra, 11 out. 2023. Disponível em: https://unctad.org/publication/commodities-and-development-report-2023. Acesso em: 22 fev. 2026.

VOLLRATH, T. L. A Theoretical Evaluation of Alternative Trade Intensity Measures of Revealed Comparative Advantage, **Weltwirtschaftliches Archiv**, v. 127, n. 2, p. 265–280, 1991. Disponível em: https://doi.org/10.1007/BF02707986. Acesso em: 12 jul. 2026.